

UMA DISCUSSÃO META-ÉTICA ENTRE O ECOCENTRISMO E O PLURALISMO

Nuno Aluai Carvalho¹
Mário Pinto²
Sérgio Pereira³
Liliana Figueiredo⁴
Evangelina Bonifácio⁵

Resumo: Atualmente, encontramos-nos no limiar da destabilização do sistema terrestre. Apesar do movimento ambientalista ter surgido na década de 1960, continua a existir um baixo envolvimento da maioria da população na proteção e conservação ambiental. Vários grupos de ativistas ambientais têm transmitido mensagens de forma e, por vezes, incompreensível ao cidadão comum. Assim, justifica-se esta investigação que, ao reconhecer a inevitabilidade da transição sustentável, considera pouco exequível a adoção imediata, pela generalidade do público, de um posicionamento ético centrado no bem-estar dos ecossistemas. Deste modo, realizou-se uma análise documental à literatura que se entendeu pertinente. Face aos argumentos expostos o posicionamento ético pluralista poderá responder às inquietações daqueles que se baseiam atitudinal e comportamentalmente de forma ecocêntrica e antropocêntrica diminuindo os conflitos e aumentando o entendimento, necessário para uma mudança socioambiental mais sustentada.

Palavras-chave: Ética; Ecocêntrico; Pluralista; Ativismo; Educação Ambiental.

Abstract: Currently, we are on the threshold of destabilizing the earth system. Despite the environmental movement having emerged in the 1960s, there continues to be low involvement of most of the population in environmental protection and conservation. Several groups of environmental activists have been transmitting messages in a disorderly manner. Thus, this investigation arises which, recognizing the inevitability of sustainable transition, considers the immediate adoption by the general public of an ethical position centered on the well-being of ecosystems to be unfeasible. In this way, a documentary analysis of the reviewed literature was carried out. Given the arguments presented, the pluralistic ethical position may respond to the concerns of those who base themselves attitudinally and behaviorally in an ecocentric and anthropocentric way, reducing conflicts and increasing understanding, necessary for any socio-environmental change.

Keywords: Ethics; Ecocentric; Pluralistic; Activism; Environmental Education.

¹ Instituto Politécnico de Bragança, Unidade de Ensino e Divulgação das Ciências, Universidade do Porto. E-mail: nuno11.cbt@gmail.com

² Instituto Politécnico de Bragança. E-mail: marioalexandre1898@gmail.com

³ Instituto Politécnico de Bragança. E-mail: sergiofaioesp@gmail.com

⁴ Instituto Politécnico de Bragança. E-mail: lilyfigueiredo59@gmail.com

⁵ Centro de Investigação Transdisciplinar em Educação e Desenvolvimento (CITED), Instituto Politécnico de Bragança. E-mail: evangelina@ipb.pt

Introdução

A Terra, apesar de colossal ao “olho” da pequenez humana, é um sistema frágil. Este geóide desenvolveu-se, complexificando-se, ao longo dos últimos 4.5 mil milhões de anos. Nesse período, o sistema terrestre seguiu o curso evolutivo natural, porém recentemente o nosso sucesso biológico está a destabilizá-lo (MOREIRA et al., 2020). A comunidade científica alerta-nos que estamos no limiar de destabilizarmos o planeta pela transposição de múltiplos pontos de não retorno, a nível climático e ecológico. Já existiram períodos inóspitos na Terra com temperatura infernais, mas também com temperaturas gélidas. Porém há, aproximadamente, 10 000 anos estabeleceram-se as condições ótimas à vida, isto é, nem muito quente nem muito frio, permitindo que esta se complexificasse e prosperasse (GAFFNEY; ROCKSTRÖM, 2021).

O principal causador da crise ecológica e climática são os comportamentos humanos perante o modelo económico atual. A sociedade atual é regida pelo capitalismo de consumo desde a Grande Aceleração. Estabeleceu-se, consensualmente, que a Grande Aceleração se deu por volta de 1950, e adquiriu esta designação pela nossa crescente exploração e consumo de recursos. Até à data a utilização de recursos não diminuiu, pelo contrário, está a aumentar com tendências exponenciais. Estes estão associados a todos os bens que possuímos e consumimos e a todos os serviços que adquirimos. Ao serem explorados excessivamente acarretam impacte ambiental (GAFFNEY; ROCKSTRÖM, 2021). Ao sentirem os efeitos adversos provocados pela Grande Aceleração, na década de 1960, surgem os primeiros movimentos ambientalistas impulsionados por Rachel Carson (1907-1964) (CAFARO, 2013). Não obstante, existe um baixo envolvimento da população na mitigação dos problemas ambientais. Durante a nossa evolução enquanto espécie superámos muitas adversidades. Todavia, no contexto desta crise ecológica e climática, nunca foi tão premente uma mudança de atitudes na sociedade e, sobretudo, na forma como a população vê e se comporta perante os problemas ambientais.

Metodologia

A nomenclatura classificatória basear-se-á em Marconi e Lakatos (2003), pelo que será desconsiderado a utilização da citação novamente ao longo deste capítulo. Ao expor o Quadro 1 pretende-se sistematizar a leitura e a compreensão do método utilizado:

Quadro I: Parâmetros metodológicos utilizados.

PARÂMETROS	O QUE SE UTILIZOU
Objetivo	Exploratório
Procedimento	Revisão da literatura
Abordagem	Análise documental
Natureza	Qualitativa
Finalidade	Aplicada
Local de realização	<i>Ad mensan</i>

Fonte: Elaboração própria.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 5: 52-65, 2024.

Foram revistos 33 documentos e os pressupostos conceptuais foram analisados qualitativamente, numa perspectiva de perceber o estado da arte para investigações subseqüentes e daí a finalidade aplicada. Ao nível dos objetivos, a pesquisa, foi exploratória, uma vez que se pretende a familiarização com os conceitos estruturantes. Com esta pesquisa espera-se: (1) Diferenciar abordagens ecocêntricas de abordagens pluralistas. Sublinhar que não foram utilizados parâmetros de bibliometria rigorosos, devido ao carácter epistemológico da investigação. Salienta-se a utilização de livros ($n=9$), capítulos de livro ($n=10$) e documentos de governança ($n=1$) – neste caso um relatório intergovernamental. Fundamentámo-nos ainda em vários artigos científico publicados/indexados na Springer ($n=3$), na Wiley ($n=1$), na PubMed ($n=1$), na Sage ($n=1$), na Scopus ($n=1$), na Science ($n=1$), na Nature ($n=1$), na Oxford University Press ($n=1$), em outros artigos científicos relevantes ($n=2$) e num website. Todos estes documentos foram analisados e a respetiva informação foi sistematizada para a produção reflexiva.

Revisão da literatura

Neste ponto abordam-se os pressupostos teóricos e conceptuais na tentativa de explicitar e (des)construir conceitos como o da meta-ética, do antropocentrismo, do ecocentrismo e do pluralismo.

Meta-ética

A ética é parte da filosofia e, ao longo da História, tem sido ponderada por vários pensadores. A desconstrução conceptual da moralidade das ações remonta a publicações na Grécia Antiga, mas poderá ter um início mais remoto (IRWIN, 1999). O pensamento meta-ético utiliza frequentemente uma desconstrução das ações segundo diversos parâmetros de ponderação. Entre estes destacam-se a: moralidade epistemológica, os motivos e as razões, a liberdade e a responsabilidade, os princípios e os julgamentos particulares. Segundo Sayre-McCord (2023), a meta-ética assenta num pensamento sistemático para “compreender os pressupostos e compromissos meta-físicos, epistemológicos, semânticos e psicológicos da pensamento, diálogo e prática moral” (p. 1). Atendendo às suas significâncias conceptuais, procuraremos, ainda que de forma intermitente, a nível de representatividade paramétrica, discutir a ética ambiental, evidenciando os seus contributos.

O alvorecer silencioso

Para melhorar a compreensão do panorama histórico do ecocentrismo deve-se atender que este surge em oposição ao antropocentrismo. O segundo foi conceptualizado na década de 1860, e coloca os humanos (=antro) no cerne das preocupações (CAMPBELL, 1983). Segundo uma visão antropocêntrica, os ecossistemas e a vida neles são apenas um ativo antrópico, isto é, eles existem somente para satisfazer as necessidades humanas (KORTENKAM; MOORE, 2001). De acordo com Hayward (1997), existe uma carência

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 5: 52-65, 2024.

conceptual na visão antropocêntrica. Porém, não desconsidera que “o erro [do antropocentrismo é] de dar consideração exclusiva ou arbitrariamente preferencial aos interesses humanos em oposição aos interesses de outros seres” (HAYWARD, 1997, p. 51). Na investigação supracitada, o autor refere que os comportamentos centrados nos interesses humanos podem nem sempre ser antropocêntricos, mas “especistas” ou baseados no chauvinismo humano. Nesse sentido, especifica que os humanos “podem ser acusados apropriadamente de especismo quando eles dão preferência aos interesses dos membros da sua espécie mais do que aos interesses das outras espécies” (HAYWARD, 1997, p. 52). Não obstante, e uma vez que esta pesquisa não objetiva ser um contributo (direto) conceptual ou semântico para ideais e atuação ambientalmente nefasta, doravante será referido, genericamente, como ‘antropocêntrico’ a qualquer comportamento ou ideia que promova prejuízos ambientais. Considerando que Koprina *et al.* (2018) veem o especismo e chauvinismo humano enquanto duas perspectivas integradas na ideologia antropocêntrica e reforçam que apesar de todas as espécies quererem prosperar não devem ser responsabilizadas igualmente, visto que somos a única capaz de, conscientemente, reconhecer a moralidade dos direitos. No entanto, muitas esferas sociais humanas desconsideram a importância de todas as outras espécies em detrimento de expressar a sua hegemonia. Mesmo havendo muitos indivíduos com aversão à adoção desta postura, ainda existem em muitos países touradas, circos, zoo marinhos e umas quantas tradições dessa índole (HARO, 2019).

No que toca ao ecocentrismo, nasceu no século XX em oposição à conduta antiética na forma como a Humanidade se relacionava com o ambiente. Segundo Leopold (1949), ainda não existia “uma postura ética que tratasse da relação do homem com a terra e com os animais e plantas que nela crescem” (p. 203). Para a obra supracitada o ecocentrismo era “uma possibilidade evolutiva e uma necessidade ecológica” (LEOPOLD, 1949, p. 203). À semelhança de Aldo Leopold, Peter Singer, considera que a ética e a moralidade humana também são mutáveis e estão em evolução. Na obra *Extended Circle* relembra que os humanos estão cada vez menos violentos e mais empáticos com os semelhantes, outros seres e, inclusive, aspetos abióticos (SINGER, 1981).

Apesar dos esforços de Aldo Leopold, que lhe valem o título de “pai” da ética ambiental, o movimento ambientalista só ganhou força e forma na década de 1960 (KORTENKAMP; MOORE, 2001). Nesta década os efeitos da Grande Aceleração já se faziam sentir e aliando à melhoria do conhecimento científico, este movimento ganhou popularidade. Em 1962, é lançado *Silent Spring* – ou *Alvorecer Silencioso* em português – por Rachel Carson (1907-1964) que viria a impulsioná-lo, tal como *The Population Bomb* de Paul Ehrlich (1854-1915) publicado 1968 (ROOTES, 2008). No ponto seguinte conceptualizar-se-á, ainda que sucintamente, o ecocentrismo.

Conceptualização do ecocentrismo na ética ambiental

Assim como refere Palmer (2013), a ética ambiental surgiu, enquanto campo de estudo acadêmico, na década de 1970 e acaba por fazer ilações muito pertinentes. Quando se aborda qualquer campo de atuação da ética deve-se considerar que esta é orientada pelas normas da moralidade e da ética pré-concepcionais daquele grupo de indivíduos ou estabelecida em concordância com as suas culturas e experiências pessoais. A atuação ética é aquela que considera a significância moral de determinada ação e das respetivas repercussões em todos os intervenientes. Face a estes argumentos emergem as seguintes questões: Deve-se restringir a entrada a migrantes que foram fustigados por cheias anormais? As alterações climáticas não mudam apenas a temperatura, mas propiciam a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos mais recorrentes (MARVEL, 2022). Tanto não é ético limitar a entrada a estes migrantes, tal como não é ético continuarmos a consumir bens e serviços com emissões de gases de efeito de estufa que levarão mais pessoas a essa situação indesejável. Enquanto na física diz-se, tecnicamente, que todos as ações e processos são uma transferência de energia, na esfera da ética todas as ações são uma transferência de valor (PALMER, 2013). Deve-se acabar com as emissões (ecocentrismo) ou continuar a emitir, mas aceitar todos os migrantes (antropocentrismo)? Considera-se que nenhuma abordagem extremista poderá findar estas grandes questões.

Após uma breve exposição da perspectiva histórica da ideologia ecocêntrica, e mesmo considerando que não se pretende com esta reflexão fornecer um contributo conceptual direto, não invalida a necessidade de referir alguns modelos conceptuais acerca do ecocentrismo. Deste modo, faz-se novamente referência a Rachel Carson (1907-1964) que impulsionou não só o movimento ambientalista, mas também alicerçou os ideais do ecocentrismo. Segundo a autora, existem três pilares de importância relevante para o seu contributo na ética ambiental: (1) Preservar a saúde humana; (2) Respeitar moralmente os seres não-humanos; (3) Promover a felicidade humana e o florescimento. Porém, alega ainda que tudo isto será intangível caso se coloque em risco a salubridade dos ecossistemas. Na sua grande obra, *Silent Spring*, alerta para a necessidade de consciencializar a população acerca da importância, mas, sobretudo, da nossa dependência dos ecossistemas (CAFARO, 2013). Caso se analise as égides supramencionadas, percebe-se que estas se encontram, direta e indiretamente, com a ética ambiental e, conseqüentemente, com o ecocentrismo. Este reitera que todos os seres são importantes e, como tal, temos deveres morais para com eles (KOPNINA *et al.*, 2018). Segundo Washington *et al.* (2017), citado em Jebari e Sandberg, (2022) “o ecocentrismo rejeita o antropocentrismo, ou a noção de que todo valor está relacionado com interesses humanos. O ecocentrismo é distinto do biocentrismo (...) ao incluir os ecossistemas como entidades holísticas incluindo seus componentes não vivos” (p. 46).

O movimento ambientalista da década de 1960, impulsionado por Rachel Carson, é considerado o momento histórico, no qual, a Educação Ambiental começou a reunir maior interesse e visibilidade social (CAFARO, 2013). Em períodos subsequentes, fruto destes movimentos socioculturais, iniciou-se o debate em conferências internacionais promovidas pela *United Nations Environment Programme* (UNEP) acerca da importância da Educação Ambiental (UNEP, 1972; 1975; 1977). Tornou-se evidente que a Educação Ambiental promove a proteção da biodiversidade e a conservação dos recursos e, assim, tem potencial para instituir posicionamentos éticos favoráveis em relação ao ambiente (JERONIMO; CARVALHO, 2020; SANTOS; SOUZA, 2021).

Conforme anteriormente já explicitado, apesar de Aldo Leopoldo ser considerado o primeiro impulsionador da ética ambiental, considera-se que todos os paradigmas conceptuais deram os seus contributos, pelo que não se pretende desvalorizar uns em detrimento de outros. Além do mais, também são decisivas as importantes percepções da ética que orientam o nosso dia a dia, pois são princípios estruturantes que suportam as nossas redes sociais e as respetivas interações interpessoais. Assim, dir-se-ia que Aldo Leopoldo foi um vanguardista que “mostrou o caminho” para uma sociedade ecologicamente mais responsável e Rachel Carson (1907-1964) recorda-se enquanto a “errante que liderou a realização do percurso” sinalizado por Aldo Leopoldo.

Quando se aborda a ética ambiental, existem duas dicotomias relevantes. A primeira é a dualidade entre um pensamento ético antropocêntrico e não antropocêntrico e a segunda é a alternância entre uma perspectiva individualista e holística. Ora, enquanto a visão antropocêntrica cai na falácia de que nos considerarmos moralmente superiores, porque somos os únicos seres que percebem as conceções éticas, a visão não-antropocêntrica – onde está integrado o ecocentrismo – propõe, contrariamente, que os outros seres podem ser menos, iguais ou mais relevantes que os humanos. A visão antropocêntrica contradiz-se, uma vez que, os constituintes do sistema Terra, funcionam de forma intrincada e existem indivíduos com comportamentos ambientalmente condenáveis e que estão a causar prejuízos aos semelhantes, ou seja, não estão a valorizar o antro, mas o ego.

Na dualidade individualismo e holismo, permanece um forte poder relacional com o antropocentrismo e o não-antropocentrismo, respetivamente. O individualismo, fazendo jus semântico, pressupõe que cada indivíduo centre as suas preocupações em si, acabando por se relacionar mais com o antropocentrismo. Em oposição, o holismo coaduna-se com o não-antropocentrismo, uma vez que valoriza o bem-estar geral e reitera que cada indivíduo deve agir para o benefício comum (PALMER, 2013). Desta forma, e ponderando os conceitos éticos descritos anteriormente, compreende-se que a atuação deve ser baseada nos paradigmas não-antropocêntricos, que conforme referido não descartam o bem-estar humano, mas estabelecem um sistema mensurável de valores, e, impreterivelmente, sustentadas no holismo. Aliás nenhuma ação ou comportamento terá apenas impacte direto num destes

aspectos, como tal, pelo que a sua ponderação e execução não deve ser formulada segundo apenas um espectro de consequência (CHAN *et al.*, 2016). Poderá o pluralismo atender a esses critérios?

Conceptualização do pluralismo na ética ambiental

Enquanto a visão ecocêntrica, pleonasticamente, centra as preocupações nos ecossistemas e, como tal, na sua salubridade ecológica, o pluralismo é uma “tipologia [ética] para abranger (...) visões do mundo sem um ‘centro’ único” (PASCUAL *et al.*, 2023, p. 813). O paradigma pluralista rompendo a visão instrumental da natureza – enquanto um recurso servil – do ser humano, enaltece o seu valor intrínseco e procura o bem-estar geral do sistema Terra (PASCUAL *et al.*, 2023).

Para o ecocentrista, o sistema antrópico é um pesadelo, que mesmo com todas as medidas de restauro dos ecossistemas e de mitigação e adaptação climática, o “saldo líquido” de benefício ecossistêmico tem sido sempre negativo. RICHARDSON *et al.* (2023), reiteram essa afirmação ao esclarecer que a “Terra está agora fora dos níveis considerados seguros para a habitabilidade humana”, por ultrapassar seis dos nove subsistemas que regulam a vida na Terra (p. 1), mesmo quando os políticos, ainda que heterogeneamente, se apresentam periodicamente em conferências para debater as questões ambientais (GATES, 2020). A vontade política atende a estes eventos e dissipa-se por entre as alegorias e as dissonâncias entre a agenda económica e ambiental. Mesmo que ocorra uma mudança política profunda, poderá não ser suficiente para mitigar os problemas, pois é necessária uma mudança atitudinal e comportamental profunda na sociedade, nomeadamente, na forma como se percebe e nos relacionamos com o meio (CHENOWETH, 2022). Numa meta-análise de 1 163 investigações, percebeu-se que a visão instrumental da natureza é a que mais se expressa (74%), quando comparado com a visão de valorização intrínseca (20%) e a visão relacional (6%) (RICHARDSON *et al.*, 2023). Mantendo uma postura antropocêntrica, com o conhecimento atual, o indivíduo deve ser capaz de discernir que a visão antropocêntrica arcaísta apenas irá exacerbar os fatores de risco da sociedade humana e, como tal, não será o centro das preocupações, mas sim o centro dos danos colaterais (ALMEIDA, 2007). Deste modo, indivíduos ambientalmente instruídos são capazes de perceber que a visão da natureza enquanto fonte inesgotável de recursos à nossa disposição, não se trata de uma visão antropocêntrica, mas de uma postura assente na excentricidade da ignorância (ANDERSON, 2022; THUNBERG, 2022).

Acrescenta-se que, ainda, que de forma indireta, Peter Singer, admite a impossibilidade de sermos eticamente ecocentristas em todas as nossas ações, mas estabeleceu os princípios do pluralismo, reforçando a ideia de que o caminho para uma abrangência significativa de posicionamentos éticos ecocêntricos é longo. Como tal, o pluralismo enquanto posicionamento acentricamente móvel na valorização dos sistemas ecológicos e antrópicos, poderá facilitar essa transição rompendo os desentendimentos que dela

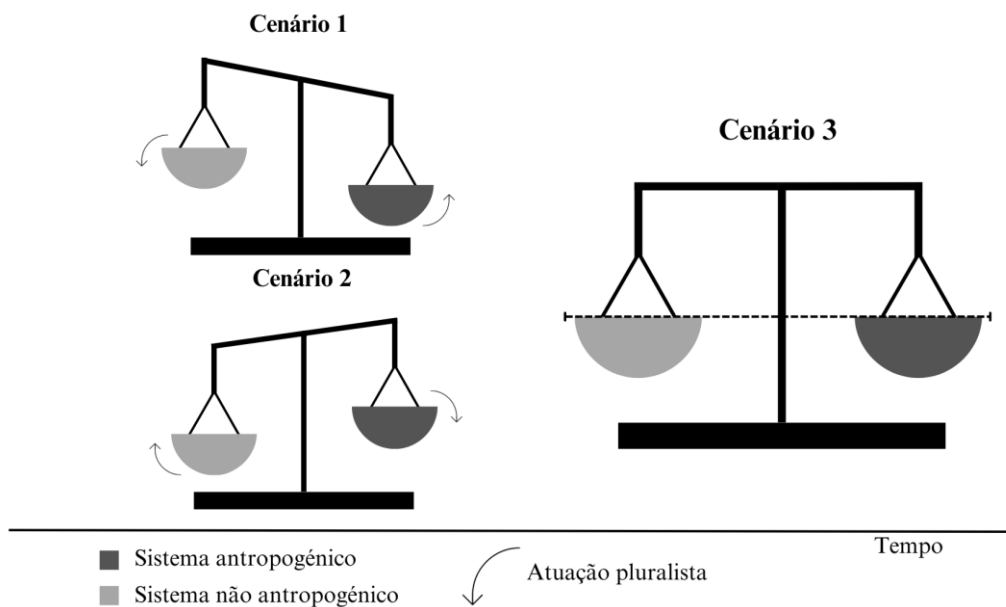
Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 5: 52-65, 2024.

surgem (SINGER, 1981). Segundo a proposta ética de Singer (1981), a nossa abrangência de valorização moral está a aumentar. Considera-se, todavia, que essa ampliação não se deva somente à evolução genética, mas, principalmente, à evolução cultural, nomeadamente, científica, tecnológica e educativa. Na atualidade, compreende-se cada vez melhor a vida e a nossa dependência dos outros seres vivos e de fatores abióticos e somos cada vez mais educados para os proteger e conservar (BARROS, 2013; CAFARO, 2013; SINGER, 1981). Face ao que foi explicitado, torna-se claro que a Educação Ambiental desempenhou um papel norteador e poderá promover ideais ecocêntricos e pluralistas para construir uma sociedade ecológica e moralmente consciente (JERONIMO; CARVALHO, 2020; SANTOS; SOUZA, 2021).

Discussão

O pluralismo emerge da necessidade de acabar com a valorização homogênea da ética. Este não atribui maior valor aos seres humanos, ou aos animais ou aos ecossistemas. Com isso, o posicionamento pluralista não distribui igualmente o valor ético a cada sistema, mas percebe a ética como vinculada ao contexto e, como tal, não linear e restritiva, considerando os fatores de cada contexto de forma holística e, nesse sentido, o pluralismo poderá aproximar-se do conceito de uma ética única (PASCUAL et. al., 2023). Para tornar a atuação pluralista mais perceptível, utiliza-se um recurso esquemático mais pictórico e elucidativo (Figura 1).

Figura 1: Infográfico acerca da acentralidade do posicionamento ético pluralista.



Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar a Figura 1 pretende-se evidenciar que a massa, vulgarmente designada de peso, de cada “bandeja” da balança é uma analogia ao valor depositado para o exemplo da migração. No Cenário 1, é inerente que se continua a emitir gases descontroladamente, gerando um impacto ambiental negativo e elevado, acabando por prejudicar o sistema não antropogênico visto que lhe é retirado valor. O Cenário 2 refere-se ao findar completamente com as emissões, que trariam graves prejuízos às pessoas que ainda vivem e dependem de empregos em empresas sem perspectiva de se tornarem neutros ao nível do carbono – a maioria. Exemplificando, com a indagação usada anteriormente: “Deve-se restringir a entrada a migrantes que foram fustigados por cheias anormais?”

O pluralismo como não se centra em nenhum sistema – antropogênico ou não – o pluralista reconheceria os impactes positivos e negativos de ambos e atuaria em conformidade a valorizar, em termos líquidos, o máximo ambos os sistemas. Iria procurar uma solução ajustada que se aproximasse mais com a valorização do sistema global, ou seja, idealmente procuraria alcançar o Cenário 3. Significa que mesmo sabendo que as emissões de gases de efeito de estufa alteram o clima da Terra, não se conseguirá extingui-las – pelo menos, por enquanto –, ou seja, deveremos limitar os danos não só emitindo menos, mas aceitando os migrantes no nosso país e, inclusive, em última análise financiar os seus países nativos para que “construam” resiliência ecológica, climática, social, económica e financeira. De modo a esclarecer uma possível dúvida à luz do que já foi proferido e da Figura 1, no Cenário 3, o equilíbrio da balança não significa a adoção de ideais de igualdade. Como foi dito anteriormente, o pluralismo é equitativo e, mede em proporções diferentes o valor de cada sistema, de modo que o sistema seja o mais estável possível – ou como na infografia, tenha as bandejas equilibradas.

Pela forma pouco ortodoxa como é feita a sensibilização, ou pelo menos a tentativa, de algumas organizações ambientalistas, a importância da Educação Ambiental é questionada. Muitos destes grupos recorrem ao vandalismo enquanto técnica de chamariz para a atenção política através dos *mass media*. No entanto, apesar de captarem a atenção da sociedade, a técnica que utilizam não é eficaz a transmitir a mensagem pretendida (YEARLEY, 2021). A ética pluralista, ao não se centrar num sistema (antropogênico ou não) de forma exclusiva, poderá facilitar um entendimento moral que dilua os posicionamentos éticos extremistas.

Face ao explicitado, acredita-se que a Educação Ambiental poderá informar e consciencializar os indivíduos e, desse modo, contribuir para novos entendimentos entre os que percebem a natureza de forma instrumental e os que são, intrinsecamente, preocupados com a natureza.

Considerações finais

Importa sublinhar que ao tentar exprimir o nosso posicionamento ético somos flagelados pelas palavras que o filtram. A ética desenvolve-se intrinsecamente na ontogenia – por predisposições, pelo meio e pelas experiências –, porém poderá ser motivada por fatores externos. Não obstante, a ética é mais do que um conceito, pois torna transparente o agir humano, materializando-se numa postura social que brota aquando de atuações mais ou menos adequadas e conseqüentes com o bem comum, reconhecendo que dificilmente será considerada de forma homogênea nas diversas esferas e contextos sociais.

Nesta lógica de pensamento, a presente reflexão vai ao encontro de uma visão da ética valorativa, ou seja, propõe que as atitudes devam ser ponderadas face a uma atuação que procure beneficiar, ou provocar o menor prejuízo, a todos os sistemas. Não demonizando o ser humano e as suas necessidades coetâneas deve-se, porém, ter a humildade de reconhecer a nossa dependência dos ecossistemas e estar cientes que a utilização dos seus recursos tem conseqüências. À semelhança do conceito de saúde única, este trabalho, apesar do enfoque nas questões ambientais, propõe, num pensamento meta-ético, ideais de uma única ética ponderada, prudente e reflexiva que tem como meta final o bem comum. O pluralismo funcional poderá ser um paradigma que se mostre capaz de colmatar esta necessidade, visto que quebra os compartimentos pré-concebidos que originaram as disciplinas da ética – política, social, ambiental, cultural, entre outras. O pluralismo por ser acentricamente móvel, pode colocar término aos conflitos entre indivíduos antropocêntricos e ecocêntricos, considerando que procura responder às preocupações de ambos. Assim, termina-se reforçando a ideia de que procurar alcançar “uma vida em comunhão com a natureza” poderá ser utópico, mas certamente não devemos continuar a dilacerá-la. Para uma atuação pluralista é necessário uma literacia científica mais profunda, percebendo os impactes positivos e negativos a montante e a jusante para atuar valorizando o sistema antro e eco – e, assim, a Terra.

Em síntese, a Educação Ambiental, a educação para o desenvolvimento sustentável e a comunicação e partilha de ciência são essenciais para a construção de uma sociedade consciente, mais informada e menos polarizada pelas agendas individuais, sociais e políticas. O círculo da moralidade tem vindo a expandir-se. A ampliação da atribuição de valor ético é um processo moroso. Se atualmente for utópico considerar que todos os indivíduos serão ecocêntricos quiçá, num futuro próximo, a adoção de posicionamentos pluralistas se tornem suficientemente funcionais para fortalecer vínculos de cooperação e alavancar moralmente um futuro mais sustentável.

Referências

- ALMEIDA, A. **Educação Ambiental: a importância da dimensão ética**. 1.^a ed. Livros Horizonte, 2007.
- ANDERSON, K. O novo negacionismo. In: THUNBERG, G. (org.). **O livro do clima**. 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, p. 204-209.
- CAFARO, P. Rachel Carson's environmental ethics. In: ROZZI, R.; PICKETT, S. T. A.; PALMER, C.; ARMESTO, J. J.; CALLICOTT, J. B. (org.). **Linking ecology and ethics for a changing world**. 1.^a ed. Springer, 2013, p. 163-171. https://doi.org/10.1007/978-94-007-7470-4_13
- CAMPBELL, E. K. Beyond anthropocentrism. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v. 19, n. 1, p. 54-67, 1983. [https://doi.org/10.1002/1520-6696\(198301\)19:1<54::AID-JHBS2300190107>3.0.CO;2-G](https://doi.org/10.1002/1520-6696(198301)19:1<54::AID-JHBS2300190107>3.0.CO;2-G)
- CHAN, K. M. A.; BALVANERA, P.; BENESSAIAH, K.; CHAPMAN, M.; DÍAZ, S.; GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; GOULD, R.; HANNAHS, N.; JAX, K.; KLAIN, S.; LUCK, G. W.; MARTÍN-LÓPEZ, B.; MURACA, B.; NORTON, B.; OTT, K.; PASCUAL, U.; SATTERFIELD, T.; TADAKI, M.; TAGGART, J.; TURNER, N. Why protect nature? Rethinking values and the environment. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 6, p. 1462-1465, 2016. <https://doi.org/10.1073/pnas.1525002113>
- CHENOWETH, E. O poder das pessoas. In: THUNBERG, G. (org.). **O livro do clima**. 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, p. 364-368.
- COLÓN-GONZÁLEZ, F. J. As doenças transmitidas por vetores. In: THUNBERG, G. (org.). **O livro do clima**. 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, p. 143-146.
- GAFFNEY, O.; ROCKSTRÖM, J. **Breaking boundaries: the science of our planet**. 1.^a ed. Dorling Kindersley, 2021.
- GATES, B. **How to avoid a climate disaster**. 1. ed. Porto Editora, 2020.
- GERGIS, J. Os incêndios florestais. In: THUNBERG, G. (org.). **O livro do clima**. 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, p. 96-98.
- GUSTAFSSON, Ö. (2022). O permafrost. In: THUNBERG, G. (org.). **O livro do clima**. 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, p. 118-121.
- HARO, F. A. **O processo civilizacional da tourada: Guerreiros, cortesãos, profissionais... e bárbaros?**. 1.^a ed. Imprensa de História Contemporânea, 2019.
- HAYWARD, T. Anthropocentrism: A misunderstood problem. **Environmental Values**, v. 6, n. 1, p. 49-63, 1997. <https://www.jstor.org/stable/30301484>

INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES. **Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services.** Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services Secretariat, 2019. https://www.ipbes.net/sites/default/files/inline/files/ipbes_global_assessment_report_summary_for_policymakers.pdf

IRWIN, T. **Nicomachean ethics.** 2.^a ed. Hackett Publishing Company, 1999.

JEBARI, K.; SANDBERG, A. Ecocentrism and biosphere life extinction. **Science and Engineering Ethics**, v. 28, n. 46, 2022. <https://doi.org/10.1007/s11948-022-00404-2>

JERONIMO, M. K.; DE CARVALHO, D. B. Educação Ambiental e a ética da responsabilidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 5, p. 424-439, 2021. <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.9651>

KOLBERT, E. **A sexta extinção.** 5.^a ed. Elsinore, 2019.

KOPNINA, H.; WASHINGTON, H.; TAYLOR, B.; PICCOLO, J. J. Anthropocentrism: more than just a misunderstood problem. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 31, p. 109-127, 2018. <https://doi.org/10.1007/s10806-018-9711-1>

KORTENKAMP, K. V.; MOORE, C. F. Ecocentrism and anthropocentrism: Moral reasoning about ecological commons dilemmas. **Journal of Environmental Psychology**, v. 21, n. 3, p. 261-272, 2001. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0205>

LEOPOLD, A. Land use ethics. In: LEOPOLD, A. (org.). **A sand county almanac and sketches here and there.** 1.^a ed. Oxford University Press, 1949, p. 201-226.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.^a ed. Editora Atlas, 2003.

MARVEL, K. As secas e as inundações. In: THUNBERG, G. (org.). **O livro do clima.** 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022, p. 74-75.

MOREIRA, J.; ALVES, F.; MENDONÇA, A. **Questioning nature and environmental ethics in schools.** Oxford Research Encyclopedia of Education, 2020. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.687>

PALMER, C. Contested Frameworks in Environmental Ethics. In: ROZZI, R.; PICKETT, S. T. A.; PALMER, C.; ARMESTO, J. J.; CALLICOTT, J. B. (org.), **Linking Ecology and Ethics for a Changing World.** 1.^a ed. Springer, 2013, p. 191-206. https://doi.org/10.1007/978-94-007-7470-4_16

PASCUAL, U.; BALVANERA, P.; ANDERSON, C. B.; CHAPLIN-KRAMER, R.; CHRISTIE, M.; GONZÁLEZ-JIMÉNEZ, D.; MARTIN, A.; RAYMOND, C. M.; TERMANSEN, M.; VATN, A.; ATHAYDE, S.; BAPTISTE, B.; BARTON, D. N.; JACOBS, S.; KELEMEN, E.; KUMAR, R.; LAZOS, E.; MWAMPAMBA, T. H.; NAKANGU, B.; O'FARRELL, P.; SUBRAMANIAN, S. M.; NOORDWIJK, M.; AHN, S.; AMARUZAMAN, S.; AMIN, A. M.; ARIAS-ARÉVALO, P.; ARROYO-ROBLES, G.; CANTÚ-FERNÁNDEZ, M.; CASTRO, A. J.; CONTRERAS, V.; VOS, A. D.; DENDONCKER, N.; ENGEL, S.; ESER, U.; FAITH, D. P.; FILYUSHKINA, A.; GHAZI, H.; GÓMEZ-BAGGETHUN, E.; GOULD, R. K.; GUIBRUNET, L.; GUNDIMEDA, H.; HAHN, T.; HARMÁČKOVÁ, Z. V.; HERNÁNDEZ-BLANCO, M.; HORCEA-MILCU, A.; HUAMBACHANO, M.; WICHER, N. L. H.; AYDIN, C. I.; ISLAR, M.; KOESSLER, A.; KENTER, J. O.; KOSMUS, M.; LEE, H.; LEIMONA, B.; LELE, S.; LENZI, D.; LLISO, B.; MANNETTI, L. M.; MERÇON, J.; MONROY-SAIS, A. S.; MUKHERJEE, N.; MURACA, B.; MURADIAN, R.; MURALI, R.; NELSON, S. H.; NEMOGÁ-SOTO, G. R.; NGOUHOOU-POUFOUN, J.; NIAMIR, A.; NUESIRI, E.; NYUMBA, T. O.; ÖZKAYNAK, B.; PALOMO, I.; PANDIT, R.; PAWŁOWSKA-MAINVILLE, A.; PORTER-BOLLAND, L.; QUAAS, M.; RODE, J.; ROZZI, R.; SACHDEVA, S.; SAMAKOV, A.; SCHAAFSMA, M.; SITAS, N.; UNGAR, P.; YIU, E.; YOSHIDA, Y.; ZENT, E. Diverse values of nature for sustainability. **Nature**, v. 620, p. 813-823, 2023. <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06406-9>

RAHMSTORF, S. Sea-level rise: Towards understanding local vulnerability. **Environmental Research Letters**, v. 7, n. 2, 021001, 2012. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/7/2/021001>

RICHARDSON, K.; STEFFEN, W.; LUCHT, W.; BENDTSEN, J.; CORNELL, S. E.; DONGES, J. F.; DRÜKE, M.; FETZER, I.; BALA, G.; BLOH, W. V.; FEULNER, G.; FIEDLER, S.; GERTEN, D.; GLEESON, T.; HOFMANN, M.; HUISKAMP, W.; KUMMU, M.; MOHAN, C.; NOGUÉS-BRAVO, D.; PETRI, S.; PORKKA, M.; RAHMSTORF, S.; SCHAPHOFF, S.; THONICKE, K.; TOBIAN, A.; VIRKKI, V.; WANG-ERLANDSSON, L.; WEBER, L.; ROCKSTRÖM, J. (2023). Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Environmental Studies**, v. 9, n. 37, eadh2458, 2023. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh2458>

ROOTES, C. The environmental movement. In: KLIMKE, M.; SCHARLOTH, J. (org.). **1968 in Europe**. Springer Nature, 2008, p. 295-305. https://doi.org/10.1057/9780230611900_25

SANTOS, T. M. M.; DE SOUZA, B. I. Sociedade e natureza: interpretações, reflexos na Educação Ambiental no Brasil e a necessidade do devir. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 4, p. 267-286, 2021. <https://doi.org/10.34024/revbea.2021.v16.11852>

SAYRE-McCORD, G. **Metaethics**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/metaethics/>

SINGER, P. **Extended circle: ethics, evolution, and moral progress**. 1.^a ed. Princeton University Press, 1981.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 5: 52-65, 2024.

THUNBERG, G. **O livro do clima**. 1.^a ed. Penguin Random House Grupo Editorial, 2022.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. (1972). **Environmental Law and Governance Programme: Review of current literature on stocktaking and gap analysis**. <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/29567/ELGP1StockD.pdf>

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. (1975). **Belgrade Charter: A framework for environmental education**. <https://www.eusteps.eu/wp-content/uploads/2020/12/Belgrade-Charter.pdf>

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. (1977). **Intergovernmental conference on environmental education**. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000032763>

YEARLY, S. Environmentalists as science communicators: Advocates and critics in an age of climate challenges. In: Bucchi, M.; Trench, B. (org.), **Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology**. 3.^a ed. Routledge, 2021, p. 163-181. <https://doi.org/10.4324/9781003039242-10>